

AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

OVG



ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS, no uso de nossas atribuições legais estatutárias e, após examinarmos atos da gestão e respectivos documentos do exercício social de 2011, somos de opinião que as Demonstrações Financeiras relativas a este exercício estão aptas a serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária dos Associados.

Goiânia (GO), 12 de março de 2012.

OTÁVIO ALEXANDRE DA SILVA CPF: 135.177.591-04
IVAN SOARES DE GOUVÊA CPF: 005.100.091-15
MARIA GRAÇA SILVA CPF: 349.966.301-59

RELATÓRIO DA DIRETORIA SUPERIOR

A Diretoria Superior da Organização das Voluntárias de Goiás OVG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apresenta as demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2011.

Goiânia (GO), 31 de dezembro de 2011.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro (Em Reais)

Ativo	NOTA	2011	2010	Passivo	NOTA	2011	2010
CIRCULANTE		20.306.641	17.568.755	CIRCULANTE		17.920.884	16.125.258
Bancos	4	6.836.280	1.364.665	Fornecedores	13	14.908.270	12.303.785
Aplicações Financeiras	4	2.545.795	3.079.412	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	941.518	2.016.920
Convênio a Receber	5	1.630.259	-	Obrigações Tributárias	14	438.238	415.194
Adiantamentos a Funcionários		695	1.361	Outras Provisões	15	1.632.858	1.389.359
Adiantamentos para Unidades		1.867	20				
Creditos a Receber	6	1.992	-				
Impostos a Recuperar	7	-	29	NAO CIRCULANTE	16	1.643.425	2.562.590
Estoque	8	1.089.899	1.027.524	Obrigações Sociais		1.643.425	1.959.591
Bolsa Universitária	9	7.927.005	12.095.744	Parcelamento PAES		510.222	602.539
Despesas Apropriar	10	73.499	-	Pensão de Reparação Civil		183.702	-
NAO CIRCULANTE		6.107.252	6.245.428	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	6.849.584	5.126.335
Realizável a Longo Prazo	11	1.826	-	Doações Subvenções		1.022.503	1.022.503
Imobilizado	12	6.105.426	6.245.428	Ajuste de Avaliação Patrim.		5.012.916	5.012.916
				Superávit ou (Déficit) Acumulados		(459.946)	-
				Superávit / (Déficit) do Exercício		1.274.111	(3.285.149)
Total do Ativo		26.413.893	23.814.183	Total do Passivo		26.413.893	23.814.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Superávit ou Déficit Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em Reais)

	NOTA	2011	2010
Receitas Operacionais		47.947.001	42.846.972
Receitas de Convênios	19	45.909.245	41.511.866
Receitas de Doações	20	1.956.753	1.095.106
Despesas/Outras Receitas Operacionais		(50.275.711)	(49.514.388)
Despesa de Apoio à Assistência Social		(19.476.425)	(19.751.020)
Despesa de Apoio à Assistência Social		(26.187.793)	(24.983.297)
Desp. Encargos Patronais INSS	22	(3.602.597)	(3.284.168)
Desp. Provisões de Férias		(1.276.437)	(1.084.248)
Depreciação	12	(360.444)	(415.927)
Despesas Tributárias		(33.353)	(23.625)
Receitas Eventuais Líquidas	21	573.888	57.793
Receitas Financeiras		152.796	200.940
Despesas Financeiras		(94.297)	(125.528)
Déficits Operacionais		(2.328.710)	(6.667.416)
Outras receitas		3.603.597	3.384.168
Benefícios Obitivos-Isenções	22	3.603.597	3.384.168
Outras Despesas		(775)	(1.901)
Custos das Bajas do Imobilizado		(775)	(1.901)
Superávit/Déficit do Exercício		1.274.111	(3.285.149)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social (Em Reais)

	Doações e subvenções	Ajuste de avaliação patrimonial	Variação Patrimonial	Patrimônio Social
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.022.503	5.012.916	2.374.297	8.409.716
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	1.768	1.768
Déficit do Exercício	-	-	(3.285.149)	(3.285.149)
Saldos em 31 de dezembro 2010	1.022.503	5.012.916	(909.084)	5.126.335
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	149.138	149.138
Superávit do Exercício	-	-	1.274.111	1.274.111
Saldos em 31 de dezembro 2011	1.022.503	5.012.916	814.165	6.849.584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2011 (Em reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Organização das Voluntárias de Goiás - OVG, constituída sob a forma de Associação Civil, dotada de personalidade jurídica de direito privado de fins não econômicos e de caráter beneficente, inscrita no CNPJ 02.106.664/0001-65, tem como finalidade precípua a Assistência Social, fundada em 30 de outubro de 1947, qualificada como Organização Social pelo Decreto Estadual nº 6.253/05, tem como missão: Desenvolver programas de assistência social, baseados nos princípios da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, contribuindo para a inclusão e proteção social e minimização das desigualdades sociais.

Áreas de atuação:

Para alcançar o maior número de beneficiários, a OVG conta com parcerias importantes do setor empresarial, do setor público, de universidades e da própria Sociedade Civil.

1 - Inclusão Social:

- a. **Complexo Gerontológico Sagrada Família** - unidade de longa permanência, que oferece asilo, que atende pessoas com mais de 60 anos, proporcionando melhoria da qualidade de vida e consequentemente aumento da longevidade, dentro dos padrões da Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 03.01.1994) e do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, cd 01.10.2003). O idoso é atendido por equipe especializada, multidisciplinar (Nutricionista, Terapeuta Ocupacional, Educador Físico, Assistente Social, Psicólogo, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Cuidadores, Enfermeiros, Médico Clínico Geral, Médicos residentes em Geriatria). As atividades são planejadas com o objetivo de assegurar a saúde intelectual e física do idoso, favorecer o trabalho em grupo, envolver a família e enfatizar a convivência e o fortalecimento dos vínculos, incluindo o exercício do direito à prática da religião, de modo a criar condições para o retorno ao convívio com as respectivas famílias. Os idosos recebem atenção nutricional direcionada à respectiva faixa etária e tem permanência prolongada na instituição, graças à melhoria da qualidade de vida e da saúde que lhes assegura sobrevivência elevada. O CGSF adota as seguintes normas de atendimento:
 - **Morada:** idosos dependentes.
 - **Centro Dia:** idosos dependentes que moram com os familiares e permanecem durante o dia na unidade.
 - **Frequentedores:** idosos independentes que moram com seus familiares e participam de atividades na unidade.
- b. **Casa do Interior de Goiás:** acolhe pessoas de todo o Estado, que acorrem a Goiânia em busca de assistência médica não disponível nas cidades onde residem, oferecendo acomodação e apoio para facilitar o acesso aos serviços de saúde, melhoria da qualidade de vida e redução do desgaste físico e psicológico diante da dor. O apoio prestado, que inclui o acolhimento de acompanhante, consiste na hospedagem, alimentação, transporte para locomoção urbana, agendamento de consultas, encaminhamentos para realização de exames, cirurgias e demais procedimentos médicos, visando reduzir o grau de tensão a que estão submetidos em razão da doença, da ausência do lar e da espera do tratamento, e viabilizar o retorno mais rápido às cidades de origem.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método indireto Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em Reais)

	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(Déficit) líquido	1.274.111	(3.285.149)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	360.444	408.558
Provisões	1.275.437	-
Juros de LP	27.588	-
Resultado da baixa de ativos imobilizados	776	1.901
Ajuste de Exercícios Anteriores	(4.066)	-
Superávit/(Déficit) líquido Após os Ajustes	2.933.310	(2.874.690)
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
(-) Aumento em convênio a receber	(1.830.299)	(7.148.878)
(+) Redução em outras contas a receber	4.094.088	4.315
(-) Aumento nos estoques	(61.685)	202.246
Aumento (redução) nos passivos operacionais	2.202.104	(6.942.317)
(+) Aumento em fornecedores e convênios	2.602.626	7.843.109
(-) Redução nos salários e encargos sociais	(1.117.363)	1.695.912
(+) Aumento em obrigações tributárias	8.270	(152.233)
(+) Aumento em outras provisões	(1.084.248)	(14.579)
(-) Aumento em outros fornecedores	409.285	9.372.209
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.546.592	(444.798)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(216.553)	(662.589)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(216.553)	(662.589)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Baixa de INSS Judicial	(286.922)	-
Baixa de Parcelamento PAES	(105.222)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de Financiamento	(392.144)	-
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	4.937.938	(1.107.384)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	4.444.077	5.551.461
No fim do exercício	9.382.075	4.444.077
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	4.937.938	(1.107.384)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

- c. **Centro Social Dona Gercina Borges Teixeira** - presta atendimento social a adolescentes grávidas, incluindo vítimas de violência e/ou exploração sexual. Desenvolve uma ação efetiva para assegurar às jovens o exercício dos direitos fundamentais, numa perspectiva de inclusão social. Equipe multidisciplinar trabalha temas relacionados à saúde, educação sexual, planejamento familiar e direitos do cidadão, além de prestar atendimento pré-natal e odontológico. Após o nascimento da criança, a jovem mãe continua recebendo orientação e apoio do CSGSP por até 01 (um) ano, incluindo a dispensação de medicamentos contraceptivos e orientações sobre cidadania.
- d. **Oficinas Educativas Comunitárias (Norte Ferroviária, Cândida de Morais e Novo Mundo)** - projeto que visa proporcionar formação profissional, trabalho com as famílias, cultura, esporte e lazer, a adolescentes e jovens de ambos os sexos, na faixa etária de 14 a 29 anos, de famílias em situação de vulnerabilidade social, com o propósito de contribuir, a partir da educação pelo trabalho, para a autoprojeção e o exercício da cidadania. O Projeto conta com três unidades-pólos, cada uma com gerência própria e equipe técnica multiprofissional para acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas. Estas unidades funcionam nos períodos matutino e vespertino, oferecendo aos alunos cursos profissionalizantes e oficinas temáticas, que discutem aspectos de cidadania e mundo de trabalho; orientam e informam sobre meio ambiente e postura para prevenção de doenças no trabalho. Atividades socio-educativas: são direcionadas para o exercício da cidadania e para a construção do projeto de vida dos alunos, estimulando-os a construírem suas vidas com segurança e consciência dos desafios pessoais e profissionais. Atividades com as famílias: importantes tanto para preparar o jovem para o futuro quanto para envolver as respectivas famílias no projeto de capacitação, visto que hoje todos os programas de ação educativa buscam a adesão das famílias e da comunidade. Os cursos profissionalizantes são: Corte e Costura, Produtos Alimentares, Higiene e Beleza, Informática Básica, Panificação, Garçom, Artesanato e Confecção.
- e. **Centro Golano de Voluntários** - promoção e fortalecimento de pessoas voluntárias que deixam do tempo, trabalho e talento para a melhoria da qualidade de diversos segmentos da sociedade. Potencialização das iniciativas existentes para o desenvolvimento de projetos sociais, capacitação de pessoas voluntárias que atuam em projetos e entidades sociais que ressocializam os voluntários.
- f. **Centro de Convivência de Idosos Vida Viva** - unidade de longa permanência, dotada de 30 casas-lares para atender a necessidade de moradia de pessoas idosas, independentes e aposentadas, fora do convívio familiar. Atende, também, como frequentadores, idosos independentes que moram com seus familiares e participam de atividades, durante o dia, sob orientação e acompanhamentos dos profissionais do CCVV. Conta com uma equipe multiprofissional, composta por Assistentes Sociais, Pedagogos, Médicos, Enfermeiros, Psicólogos, Educadores Físicos e Fisioterapeutas. As atividades são planejadas com o objetivo de assegurar a saúde intelectual e física do idoso, favorecer o trabalho em grupo, envolver a família e enfatizar a convivência e o fortalecimento dos vínculos, incluindo o exercício do direito à prática da religião. São realizadas palestras educativas, ações de alfabetização, coral, dança de salão, bailes, hidroginástica, natação, entre outros. No campo nutricional, o idoso recebe atenção direcionada à respectiva faixa etária. O trabalho com a família também constitui foco do trabalho do CCVV, pois o objetivo é fortalecer os vínculos para possibilitar o retorno dos idosos ao convívio com os familiares.

g. **Apoio a Entidades Sociais** - apoio e orientação técnica a entidades de interesse social do Estado de Goiás, legalmente constituída, através de intervenções sociais embasadas nas diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, com repasse de doações diversas com foco em crianças/adolescentes, idosos, pessoas com necessidades especiais, doenças crônicas degenerativas, recuperação de drogadiólatas. O atendimento é realizado por Assistentes Sociais, que fazem visitas, orientam e prestam atendimento às entidades sociais que buscam apoio técnico para promover a inclusão social dos seus usuários e para oferecimento de um trabalho pautado nos princípios legais.

II - Concessão de benefícios:

- a. **Apoio Social ao Cidadão** - prioriza o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou com necessidades especiais, através de serviços de saúde (em casos especiais), cardiologia e assistência social, que inclui a concessão de benefícios, como colchão d'água, colchão caixa de ovo, enxoval para bebê, cadeira de rodas (padrão e higiênica), andador, bengala, muletas, malha compressiva, fraldas descartáveis (infantil e geriátrica), leites especiais, complemento alimentar, óculos de grau, exames de DNA e outros em caráter de emergência decorrente de casos fortuitos ou de força maior, que exigem solução rápida.
- b. **Apoio aos Municípios** - presta apoio a Secretarias Municipais de Assistência Social, a entidades sociais públicas municipais e privadas, para promoção do direito à cidadania e a inclusão social de pessoas menos favorecidas economicamente, incluindo a concessão de benefícios.
- c. **Apoio aos Municípios para Segurança Alimentar:** destinado a municípios com mais de 100.000 habitantes, atende atualmente Luziânia e Rio Verde.
- d. **Restaurante Cidadão** - programa de construção da Cidadania, executado pela OVG, em parceria com o Estado de Goiás, que visa fornecer aos trabalhadores menos favorecidos economicamente refeições nutritivas de qualidade, a preço subsidiado, com cardápios elaborados por Nutricionistas, de acordo com as normas dos órgãos de Saúde Pública (Vigilância Sanitária) e rigoroso controle de higiene e qualidade. O Programa conta com unidades instaladas em Goiânia e Anápolis.
- e. **Goiás Sem Frio** - desenvolvido em parceria com instituições de ensino, entidades filantrópicas, órgãos governamentais e a sociedade em geral, é uma campanha que proporciona atendimento a entidades e famílias menos favorecidas do Estado de Goiás, com distribuição de cobertores e agasalhos, durante a estação de inverno.
- f. **Natal OVG** - é um projeto onde as crianças orfandas de famílias em situação de vulnerabilidade social recebem brinquedos; assistem a shows artísticos-culturais e se divertem com os familiares. Em Goiânia, é desenvolvido como a festa natalina, na Praça Cívica, durante 20 dias, no mês de dezembro.
- g. **Programa Bolsa Universitária** - Programa instituído pelo Governo Estadual (Lei nº 17.405, de 06.09.2011) com o objetivo de oferecer bolsas de estudo para alunos universitários matriculados em instituições de ensino superior, de natureza privada ou integrante do sistema de educação superior do Estado de Goiás, comprovadamente sem condições de custear seus estudos. O Programa concede Bolsa de Estudo Integral e Parcial, nos limites fixados em lei. Como contrapartida, o beneficiário da Bolsa Universitária presta serviços durante o curso, em locais, entidades e instituições definidas pela OVG, com carga horária compatível com seus afazeres escolares e de trabalho, de acordo com a área de formação, ou em projetos de pesquisas que estejam em andamento em instituições de ensino de nível superior. Mediante assinatura de Termo de Compromisso, obriga-se ainda o beneficiário da bolsa a frequentar assiduamente as aulas, não ser reprovado em mais de uma disciplina e a não efetuar o trancamento da matrícula durante o período em que estiver na condição de bolsista, sob pena de perda do benefício.
- h. **Apoio a Romeiros** - atendimento aos romeiros do Divino Pai Eterno, em Trindade (junho/julho) e de Nossa Senhora D'Abadia, em Muquém, município de Niquelândia (junho/agosto), com fornecimento de lanches, prestação de serviços médicos, de enfermagem e apoio logístico.
- i. **Telecentros** - objetiva a inclusão digital de pessoas das camadas menos favorecidas economicamente, por meio do acesso aos meios de informática, com utilização de estruturas (TELECENTRO) implantadas pela OVG em convênio com o Ministério das Comunicações.
- j. **Centro de Qualificação Profissional** - unidade que promove a qualificação profissional do cidadão através de cursos de Língua Estrangeira, Informática, Português, entre outros, que, além de qualificar tecnicamente, facilita a sua inserção e/ou manutenção no mercado de trabalho, em razão das formas de desenvolvimento de trabalho em grupo ministradas no curso.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram elaboradas observando as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que incluem as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelas Fundações e entidades sem finalidade de lucro (NBC T 10.4 e T 10.19), cuja síntese, está demonstrada como segue:

2.1 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais políticas contábeis aplicadas na apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

- a) **Moeda funcional e moeda de apresentação**
São mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da entidade.
- b) **Auração do resultado**
As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às doações e subvenções para custeio, estas são apropriadas em contas de receita pelo Regime de Caixa, ou seja, pelo efetivo recebimento, e correlato às liberações (empenhos liquidados) do pagador.
- c) **Circulante e Não Circulante**
O prazo considerado para distinção entre contas Circulante e Não-Circulante foi de um exercício social completo, ou seja, 365 dias corridos.
- d) **Direitos de Curto Prazo**
São compostos por convênios a receber, adiantamentos, impostos a recuperar, estoques e despesas antecipadas.
- e) **Provisões**
As provisões e as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: i) a entidade tem uma obrigação presente ou não contingente (obrigação obrigatória) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança. Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa tem uma obrigação "legal" ou "não formalizada" presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar esta obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas.
- f) **Estoques**
Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou de acordo com o valor constante no documento fiscal de doação.
- g) **Imobilizado**
Está demonstrado ao valor de custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. A depreciação é reconhecida pelo método linear, às taxas anuais estabelecidas na Nota 12 que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens.
- h) **Contas a pagar aos fornecedores**
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das negociações comerciais classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.
- i) **Patrimônio social**
Representado pelo patrimônio social inicial, acrescido (reduzido) do superávit (déficit) apurado anualmente e pelo ajuste de avaliação patrimonial realizado em 28/11/2008 pela Câmara de Valores Imobiliários do Estado de Goiás.

j) Tributação

A organização é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito.

A base de cálculo, para Pis é a folha de pagamento, os quais são recolhidos mensalmente.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade**a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Essa provisão é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

b) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma série de recursos envolvendo benefício econômico seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Entidade está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal de suas atividades operacionais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em nossos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

4 Disponibilidades – Bancos e aplicações financeiras

	2011	2010
Bancos conta movimento	6.836.280	1.364.665
Aplicações financeiras (*)	2.545.795	3.079.412
Total do Disponível	9.382.075	4.444.077

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a CDB/RDB, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente convertíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Para maior transparência e fiscalização na utilização dos recursos recebidos pela Entidade a mesma não possui recursos em Caixa, nem mesmo para aquisição de itens de pequeno valor. Todos os recursos recebidos em dinheiro são imediatamente depositados em conta bancária específica para recebimento de recursos dessa natureza.

Cada recurso recebido em razão de convênio são alocados em contas-corrente que foram criadas especificamente para gerir os mesmos.

5 Convênios a Receber

	2011	2010
Contrato de Gestão dos Rest. Goiânia e Anápolis	830.060,00	-
Contrato de Gestão OECs	107.727,49	-
Contrato de Gestão SEGPLAN/Tesouro	892.511,62	-
	1.830.299,11	-

Os valores demonstrados acima foram provisionados como a receber em virtude de serem líquidos e certo o seu recebimento nas primeiras semanas de 2012. Os valores ingressaram no banco da Entidade nos dias 09/01/2012 e 11/01/2012.

6 Créditos a Receber

	2011	2010
Títulos a Receber (i)	7.674,00	7.674,00
(i) Provisão para Crédito de Real. Duvidosa	-	-
(ii)	(7.674,00)	(7.674,00)
Prestação Pecuniária a Receber (iii)	1.992,00	-
	1.992,00	-

(i) Títulos a Receber se referem à doações pendentes de serem concluídas.
(ii) A provisão para crédito de Real. Duvidosa foi efetuada em 100% por motivo de não haver previsão de recebimento deste valor.
(iii) A prestação Pecuniária a Receber se refere a depósitos mensais que o Ministério Público decidiu em 26/11/2009, que um cidadão realizasse à OVG mensalmente. O valor de R\$ 1.992,00 (mil novecentos e noventa e dois reais) se refere ao valor que será recebido nos próximos 12 (doze) meses.

7 Impostos a Recuperar

	2011	2010
INSS a Recuperar	-	29,00

8 Estoques

Em 31 de dezembro os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo de aquisição e avaliados a preço de mercado consumidor:

	2011	2010
Almoxnarido	267.074,41	330.106,14
Bens adquiridos para Doação	109.296,29	17.128,08
Bens recebidos para Doação	10.631,07	0,00
Estoque Matéria Prima	702.207,53	680.289,44
	1.089.209,30	1.027.523,66

9 Antecipação de Recursos em Convênio

	2011	2010
Bolsa Universitária	7.927.004,49	12.095.744,30

Representam valores pendentes de repasse para quitação de despesas com o programa Bolsa Universitária contratados até 31/12/2011.

10 Antecipação de Recursos em Convênio

	2011	2010
Seguro de Veículos a Apropriar	9.592,26	-
Seguro Bolsista OVG	63.916,44	-
	73.498,70	-

Representam valores de seguros contratados 2011/2012 cujas despesas serão apropriadas no exercício seguinte.

11 Realizável a Longo Prazo

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante - Real. A LP	
	2011	2010	2011	2010
Prestação Pecuniária a Receber	1.992,00	-	1.826,00	-

Conforme decisão do Ministério Público, referente às parcelas a receber após o exercício social subsequente.

12 Imobilizado

Composição dos Saldos

Discriminação	Taxa de Deprec a.a. %	CONSOLIDADO			
		Custos	Dep. Acumulada	Líquido 2011	Líquido 2010
Terrenos Urbanos	-	1.207.636	-	1.207.636	1.205.000
Máquinas e Equip	10%	540.080	(327.336)	212.744	211.387
Móveis e Utensílios	10%	491.857	(280.340)	211.517	189.290
Veículos	20%	704.114	(664.014)	40.100	80.542
Computadores/Perif	20%	688.381	(500.660)	187.721	123.397
Instalações	10%	75.188	(50.855)	24.333	21.637
Prédios e Edificações	4%	4.820.000	(598.625)	4.221.375	4.414.175
Totais		8.527.256	(2.421.830)	6.105.426	6.245.428

Movimentação do Custo

Discriminação	Consolidado			
	2010	Movimentação		2011
	Custo	Adições	Baixas	Doados
Terrenos Urbanos	1.205.000	-	-	2.636
Máquinas e Equip	491.044	49.036	-	-
Móveis e Utensílios	435.971	59.713	(3.827)	-
Veículos	704.114	-	-	-
Computadores/Perif	595.479	102.908	(10.006)	-
Instalações	67.595	7.714	(121)	-
Prédios e Edificações	4.820.000	-	-	-
Totais	8.319.203	219.371	(13.954)	2.636

13 Fornecedores

Fornecedores a Pagar	FORNECEDORES	
	2011	2010
	14.908.270,16	12.303.785,33

O saldo da conta em 31/12/2011 de R\$ 14.908.270,16 está composto por sua maioria com recursos a repassar para as faculdades a título do Convênio No. 001/2011 (Programa de Bolsas Universitárias) assinado entre a OVG e o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN) tendo como contra partida conta do Ativo Circulante do grupo de Antecipação de Recursos em Convênio.

14 Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias

As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos da Entidade, e estão assim apresentadas:

	2011	2010
Obrig. Soc. e Trabalhistas	941.517,46	2.016.919,72
Obrigações Tributárias	438.238,40	415.193,95
	1.379.755,86	2.432.113,67

Da conta de Obrig. Soc. e Trabalhistas que no ano anterior o saldo era de R\$ 3.101.167,65 foram transferido para Outras Provisões o valor de R\$ 1.084.247,93 proveniente de provisão para férias. Dessa forma o Saldo apresentado acima não está a menor e sim apenas foi adequado para melhor apresentar a informação e permitir assim a comparabilidade.

15 Outras Provisões

	2011	2010
Contingências de Ações Cíveis (i)	356.421,51	305.111,33
Provisão de Férias	1.174.347,51	1.084.247,90
Provisão de Pis s/ Férias (ii)	11.743,47	-
Provisão de FGTS s/ Férias (iii)	90.345,81	-
	1.632.858,30	1.389.359,23

(i) Considerando a opinião dos consultores jurídicos internos, a administração da OVG entende que a provisão constituída no montante de R\$ 356.422 é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais.

(ii) A provisão de Pis s/ Férias foi feita ao percentual de 1%.

(iii) A provisão de FGTS s/ Férias foi realizada ao percentual de 8% apenas sobre a remuneração sujeita a esta contribuição.

16 Exigível a longo prazo

Composto dos seguintes valores:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2011	2010	2011	2010
Parcelamento PAES (*)	129.773,80	115.000,00	510.227,72	602.639,57
INSS Judicial (**)	300.000,00	282.000,00	949.496,40	1.959.951,14
Pensão de Rep. Civ. (***)	23.981,12	-	183.701,92	-
TOTAL	453.754,92	397.000,00	1.643.425,04	2.562.590,71

(*) A Organização formalizou a opção em 03 de outubro de 2003 ao Parcelamento Especial - PAES, instituído pela Lei No. 10.684/03. A adesão ao PAES foi deferida em 15 de dezembro de 2003 e objetivou, além de alongar o perfil da dívida atinente aos parcelamentos em curso, promover o refinanciamento desses mesmos débitos tributários e outros naquela oportunidade confessados. No período corrente houve uma amortização no valor de R\$ 105.226 (cento e cinco mil e duzentos e vinte seis reais).
(**) Parcelamento junto ao INSS decorrente de multa aplicada em virtude da divergência de valores recolhidos. No período corrente houve uma amortização no valor de R\$ 286.922 (duzentos e oitenta e seis mil e novecentos vinte e dois reais).
(***) Ação de indenização, protocolo 9801067004 da 1ª vara civil da comarca da Goiânia, em nome da Senhora Maria Aparecida Coutin Santos.

17 Patrimônio social

Representado pelo patrimônio social inicial, acrescido (reduzido) do superávit (déficit) apurado anualmente e pelo resultado da avaliação patrimonial da Sede da OVG.

Ajustes de exercícios anteriores

Ocorreram ajustes de exercícios anteriores devido aos lançamentos em duplicidade em contas de resultado e valores não provisionados em períodos anteriores.

18 Desembolsos com os principais programas sociais no exercício de 2011.

Programas sociais	Valores em reais
Bolsa Universitária	41.974.777
Restaurante Cidadão	7.728.548
Goiás sem Frio	1.068.463
Oficinas Educacionais Comunitárias (OEC's)	3.450.438
Doações de Veículos	275.100
Natal OVG	5.111.841
Apoio aos Romeiros de Trindade	142.000
Apoio aos Romeiros do Muquém	30.162
Centro de Qualificação Profissional	336.440
Enxoval para Bebê	118.990
Malha Compressiva	8.324
Fraldas Descartáveis	109.122
Cadeira de Rodas	1.093.167
Vítimas das Enchentes no Rio de Janeiro	5.105
Outros programas de benefícios	31.149.014
Total	92.601.491

19 Receitas de Convênio

As receitas de convênio são compostas pelos seguintes convênios:

	2011	2010
Cont. Gestão SECT/Tesouro	19.162.163,58	32.180.827,96
Cont. Gestão Fundo Prof. Rest. Goiânia e Anápolis	3.511.389,50	5.539.397,84
Cont. Gestão Fundo Protege - OECs	685.478,00	1.077.164,00
SEPLAN/FUNDES	-	2.306.016,17
Cont. Gestão SEGPLAN/Tesouro	18.755.357,39	-
Cont. Gestão SEGPLAN/Restaurante	3.320.210,00	-
Cont. Gestão SEGPLAN/OECs	430.879,96	-
CELG	114.000,00	-
SEMIRA	10.770,01	116.470,34
Assoc. Combate ao Câncer de Goiás	-	499.990,00
TOTAL	45.990.248,44	41.751.866,31

20 Receitas de Doações

A receita de doações está composta pelos seguintes grupos:

	2011	2010
Pessoa Jurídica	1.403.374,63	680.622,47
Fomentar	511.384,02	261.393,76
Pessoa Física	36.670,00	1.889,45
Vítimas das Enchentes no Rio de Janeiro	5.324,63	-
Bale Bolshoi	-	151.200,00
TOTAL	1.956.753,28	1.095.105,68

21 Receitas Eventuais

As receitas eventuais foram originadas da realização dos seguintes eventos:

	2011	2010
Noite dos Corações de Ouro	544.500,00	-
Promoções Beneficentes	9.695,00	8.769,00
Barra/Natal na Praça Cívica.	2.500,00	4.000,00
Venda de Bordados e Outros	10.422,00	19.712,25
Venda de Produtos Inservíveis	2.050,00	11.670,00
Outras Receitas	4.720,73	7.725,00
TOTAL	573.887,73	51.876,25

22 Cota Patronal INSS e Outras Receitas

O valor usufruído pela imunidade tributária referente a Cota Patronal INSS é de R\$ 3.603.597 (três milhões seiscentos e três mil quinhentos noventa e sete reais)

	2011	2010
Subvenção Federal - INSS Patronal	3.603.597	3.384.168

23 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS.

Em 07 de novembro de 2008 a Medida Provisória (MP) nº 446, dispôs sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulou os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social. A referida Medida Provisória deferiu os pedidos de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS que se encontravam suspensos e que ainda não tinham sido objeto de julgamento por parte do CNAS.
Em 29 de julho de 2009, a OVG protocolizou pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS, pelo processo nº 71000.065051/2009-71, o qual foi encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 13/05/2010, conforme determina o Art. 35 da Lei 12.101, de 27/11/2009, publicada em 30/11/2009.

Goiânia, GO, 31 de dezembro de 2011.

AFRÊNÍ GONÇALVES LEITE

Coordenador Geral

LUCIANO DANTAS

Coordenador Financeiro

CELINA SILVA DE URZEDA

Coordenadora Administrativa

HELCA DE SOUSA NASCIMENTO

Coordenadora Técnica

DANILVA DE JESUS LOURENÇO

Depto. Contábil

CRC-GO 013632/0-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**À ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS - OVG**
Goiânia - GO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Organização das Voluntárias de Goiás, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da OVG - Organização das Voluntárias de Goiás é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização das Voluntárias de Goiás em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de março de 2011, sem ressalvas.

Goiânia-GO, 22 de março de 2012.

Grupo Work Auditores Independentes S/S
CRC 0947 GO

Marcelo Alejandro Galindo Bravo
Contador CRC GO-015750/0-4



PUBLICAÇÕES PARTICULARES

Fesurv

FESURV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE

PREÇÃO PRESENCIAL Nº 015/2012 – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSO Nº 2012010601(026/2012)

ERRATA Nº 001/2012

A FESURV – Universidade de Rio Verde, Estado de Goiás, toma público para conhecimento dos interessados que a data da sessão para realização do PREÇÃO, sob nº 015/2012, foi transferida do dia 17 de abril de 2012 para o dia 19 de abril de 2012, às 08:00 horas, permanecendo inalteradas as demais disposições do Edital. Os interessados obterão o Edital e maiores informações pelo site: www.fesurv.br ou na sala de licitações desta Universidade, sito: Campus Universitário – Fazenda Fontes do Saber, Rio Verde – Goiás. Fone contato: (64) 3620-2267, em horário de expediente: 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Rio Verde – Goiás, 28 de março de 2012.

Mayko Roberto Damasceno Souza
Pregoeiro

Funape

FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA – FUNAPE

Aviso de Homologação
Pregão Eletrônico nº. 006/2012

O Diretor Executivo da Fundação de Apoio à Pesquisa, no uso das suas atribuições legais, torna público a quem possa interessar que após a realização da adjudicação por parte da pregoeira Carla Ataíde de Oliveira, fica HOMOLOGADO o processo 14942/2012 com objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço em locação de veículo (caminhão) com motorista, que considero vencedora a empresa: Lote 01, Leodi Transportes e Serviços Ltda, CNPJ: 10.608.119/0001-03.

Claúdio Rodrigues Leles
Autoridade Competente

Avisos aos Acionistas

TELEVISÃO ANHANGUERA S/A
CNPJ/MF 01.534.510/0001-01 NIRE: 52 3 0000186-2
AVISO AOS ACIONISTAS

A diretoria da TELEVISÃO ANHANGUERA S/A., pessoa jurídica de direito privado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, comunica aos senhores acionistas, e ao público em geral, que se encontram a disposição os documentos e informações relativos as Demonstrações Financeiras do Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, bem como, colocar a disposição dos interessados, os documentos suportes e informações que trata a lei 6.404/76, com as alterações promovidas pelas leis 10.303/2001, 11.638/2007 e 11.941/2010, na sede social da empresa, na Rua Thomas Edson, nº 400, Setor Seminha, Goiânia, Goiás, CEP 74.835-130, no expediente comercial.

Goiânia, 28 de março de 2012.

JAIME CÂMARA JÚNIOR
Diretor Presidente.

RÁDIO ANHANGUERA S/A
CNPJ/MF 01.534.494/0001-57 NIRE: 52 3 0000168 4

AVISO AOS ACIONISTAS

A diretoria da RÁDIO ANHANGUERA S/A., pessoa jurídica de direito privado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, comunica aos senhores acionistas, e ao público em geral, que se encontram a disposição os documentos e informações relativos as Demonstrações Financeiras do Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, bem como, colocar a disposição dos interessados, os documentos suportes e informações que trata a lei 6.404/76, com as alterações promovidas pelas leis 10.303/2001, 11.638/2007 e 11.941/2010, na sede social da empresa, na Rua Thomas Edson, nº 400, Setor Seminha, Goiânia, Goiás, CEP 74.835-130, no expediente comercial.

Goiânia, 28 de março de 2012.

JAIME CÂMARA JÚNIOR
Diretor Presidente.

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A
CNPJ/MF 01.536.754/0001-23 - NIRE 52.30000400-8

AVISO AOS ACIONISTAS

A diretoria da J. CÂMARA & IRMÃOS S/A., pessoa jurídica de direito privado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, comunica aos senhores acionistas, e ao público em geral, que se encontram a disposição os documentos e informações relativos as Demonstrações Financeiras do Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, bem como, colocar a disposição dos interessados, os documentos suportes e informações que trata a lei 6.404/76, com as alterações promovidas pelas leis 10.303/2001, 11.638/2007 e 11.941/2010, na sede social da empresa, na Rua Thomas Edson, nº 400, Setor Seminha, Goiânia, Goiás, CEP 74.835-130, no expediente comercial.

Goiânia, 28 de março de 2012.

JAIME CÂMARA JÚNIOR
Diretor Presidente.

Data Traffic S/A



DATA TRAFFIC S/A
Companhia Fechada
CNPJ: 01.175.068/0001-74
NIRE: 5230000805-1

ATA DA 81ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Data, Hora e Local: 26 de janeiro de 2012, às 9:00 horas, na sede social, na Primeira Avenida Quadra 1-B, Lotes 4/5, Condomínio Cidade Empresarial, Bairro Cidade Vera Cruz, CEP: 74.935-900 Aparecida de Goiânia- GO. **2. Mesa:** Presidente Cezar Rubens Figueiredo e Secretária Tais Borges Palmerston. Presença: Com a presença da quase totalidade dos membros do Conselho de Administração registrando a ausência do Conselho Independente Sr. **Ulisses Ferreira Diniz**, que apresentou justificativa, a qual foi acatada pelos Conselheiros presentes. **3 - Ordem do dia:** 3.1 Promover discussão informal de assuntos de interesse da Sociedade; 3.2 - apreciar e discutir os dados da projeção do Fluxo de Caixa e do DRE atualizados, (que serão apresentados pela diretoria executiva); 3.3 - apresentação prévia do Balanço 2011 e Índices; 3.4 - apresentação e deliberação acerca do Orçamento para 2012, nos termos já previamente discutidos; 3.5 - apresentação do novo conceito de Visão da empresa, conforme sugestões dadas previamente pelos conselheiros; 3.6 - apresentação do quadro de endividamento da empresa; 3.7 - apresentação dos vários projetos correntes com os marcos estratégicos, desenvolvimento e investimentos para devido acompanhamento. **4. Das providências Iniciais:** 4.1 O Presidente do Conselho, procedeu a leitura do Edital de Convocação da 81ª Reunião do Conselho, datado de 02 de janeiro de 2012, e, em seguida, a leitura da 80ª Ata da reunião do Conselho de Administração de 22 de dezembro de 2012, aprovada e assinada por todos os Conselheiros, sem ressalvas. **Da ordem do dia:** 4.2 - Abrindo os trabalhos, o Presidente do Conselho expôs a atual situação da empresa para discussões e sugestões. Os Conselheiros DELIBERARAM que as devidas providências sejam tomadas para um aporte de capital por parte dos acionistas, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais). O prazo para este aporte será de até 06 (seis) meses e caso não ocorra, as ações correspondentes irão para o caixa da empresa. Ficou também DELIBERADO que a participação de acionistas na captação de novos projetos será de, no máximo, 3% (três por cento) incluindo neste valor toda e qualquer despesa referente ao trabalho de captação. Não haverá remuneração mensal e adiantamentos, caso necessário, serão feitos somente em caso de despesa relacionada especificamente a captação. Todos os projetos deverão ser repassados a Data Traffic para o devido prosseguimento. Houve também a DELIBERAÇÃO para a agilização de todas as providências para a mediata liberação do FCO e do pagamento do valor devido pela Casa Forte referente à compra de 70% (setenta por cento) da PCH Arrodadeiro. **4.3** Quanto aos demais assuntos da pauta houve a apresentação dos dados do DRE e Fluxo de Caixa (item 3.2) que merecerão algumas modificações devido a não realização dos investimentos projetados para janeiro. Ficou definido que Contas a Receber deverá ser incluído no Fluxo de Caixa para melhor visualização, assim como um adendo com os valores dependentes de decisões judiciais. As prévias do Balanço e do DRE de 2011, feitas com o acompanhamento da Apíce Consultoria, foram apresentadas e deverão ser aprovadas na próxima reunião do Conselho com as modificações sugeridas (3.3). Ficou também para aprovação na próxima reunião o Orçamento 2012 (3.4). Não houve tempo hábil para a apresentação do novo conceito de Visão da empresa (item 3.5) e o quadro de endividamento da empresa foi suficientemente discutido e analisado (item 3.6). O acompanhamento dos projetos em andamento foi feito através dos diversos gráficos demonstrativos do faturamento realizado, investimentos, receita/custos e projeções (3.7). Para finalizar, houve o reforço do compromisso de corte de gastos de toda natureza que venha colaborar com redução dos custos, tais como a verificação da verdadeira necessidade de filiais em outros Estados, simplificação dos projetos e redução de estruturas desnecessárias. Houve também o compromisso de uma maior aproximação entre os relatórios gerenciais e contábeis para um maior controle dos dados. **5 - Outras Providências:** O Presidente do Conselho de Administração, apresentou o pedido expresso, datado de 22 de dezembro de 2011, do Diretor Comercial, em exercício, Sr. **Rodrigo Emanuel Tahan**, renunciando ao Cargo de Diretor Comercial da Sociedade, para vigor a partir de **01 de fevereiro de 2012**, de conformidade com os termos do Art. 151 da Lei n.6.404/76, apresentando como justificativa problema de saúde que no momento o impede de dar continuidade às suas atividades na plenitude que sempre fez. Face ao exposto e diante das ponderações apresentadas os Senhores Conselheiros, deliberaram pelo acatamento do pleito. Prosseguindo, os Conselheiros após entrevistas realizadas com os candidatos selecionados para os Cargos de Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Comercial da Sociedade, deliberando pelas suas eleições, assim definidas: **5.1 - eleição dos candidatos, Sr. RICARDO VIEIRA ALEXANDRE, brasileiro, separado judicialmente, Engenheiro Civil, portador da cédula de Identidade, RG n.º 7.372.203 - SSP/SP, sob o n.º 033.784.168-31, residente e domiciliado na Rua dos Buritis, Qd.10, Lote 04, Residencial Aldeia do Vaie - GOIÂNIA - GO, CEP: 74680-115, para o Cargo de Diretor Administrativo Financeiro e do Sr. MICHEL PICAZO RIGUEIRAL, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de Bens, Administrador de Empresa, portador da cédula de Identidade, RG n.º 4.216.608 - SSP/GO, e do CPF/MF, sob o n.º 199.428.318-19, residente e domiciliado na Rua C-0181, Qd.455, Lote 01/26, Casa 201, Condomínio Antares - Jardim América, GOIÂNIA - GO, CEP: 74275-200, para o Cargo de Diretor Comercial, ambos para o período de 01 de fevereiro de 2012 a 30 de abril de 2013. **6 - Encerramento:** O Presidente do Conselho determinou que a área competente agilizasse as providências necessárias para a efetivação das decisões aprovadas. Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os Conselheiros presentes. Apresento esta cópia fiel da que foi lavrada no livro próprio, do que damos fé. Aparecida de Goiânia/GO, 26 de janeiro de 2012.**

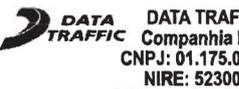
Cezar Rubens Figueiredo
Presidente do Conselho

Tais Borges Palmerston
Secretária

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ATÉ NOVEMBRO 2012
Presidente: Cezar Rubens Figueiredo
Vice Presidentes: Victor Hugo Romão Serechnicki
Membro: Tais Borges Palmerston
Membro: Jaci de Almeida Castro
Membro: Luizimar Felipe Reis
Membro: Elson Alves de Castro
Conselheiro Independente: Ulisses Ferreira Diniz - ausente

VISTO AOB:





DATA TRAFFIC S/A
Companhia Fechada
CNPJ: 01.175.068/0001-74
NIRE: 5230000805-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

18ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
29ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da DATA TRAFFIC S/A, convoca os Senhores Acionistas, pelo presente Edital, a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, nos termos do Artigo 123º da Lei n.º 6.404 de 15/12/1976, para apreciar e deliberar sobre os assuntos constantes da pauta, de conformidade com o exarado nos Artigos 132º e 133º também da citada Lei, que serão realizadas no dia **26 de abril de 2012, às 15:00 horas**, na sede social sito na Primeira Avenida Qd.1-B, Lotes 4/5, Condomínio Cidade Empresarial, Aparecida de Goiânia-GO, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:
1.a. Exame, discussão e votação da prestação de contas dos Administradores, do Balanço e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, do Relatório da Administração e do parecer dos Auditores Independentes;
1.b. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e

sobre a distribuição de dividendos;

1.c. Deliberar sobre a remuneração dos Administradores, compreendendo Membros do Conselho de Administração, da Presidência e da Diretoria Executiva, nos termos do Artigo 152º da Lei n.º 6.404/76, para o período de 01 de maio de 2012 a 30 de abril de 2013, e

1.d. Apreciar e deliberar sobre orçamento de despesas do Conselho de Administração, para o período de 01 de maio de 2012 a 30 de abril de 2013;

2. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:
2.a. Apresentação pela Diretoria Executiva da projeção do Fluxo de Caixa e da DRE, até março de 2013, reportando, de forma sintética, o orçado e o realizado até março/2012;
2.b. Apresentação pela Diretoria do Panorama dos negócios do Grupo Empresarial; e
2.c. Apresentação pela Diretoria Executiva, de forma resumida, o Planejamento Estratégico com os marcos e o Orçamento para 2012, 2013 e 2014.

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede de Empresa, no endereço acima citado, os documentos a que se referem o Artigo 133º da Lei n.º 6.404/1976, alterada pela Lei n.º 10.303/2001, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Aparecida de Goiânia, 26 de março de 2012.

CEZAR RUBENS FIGUEIREDO
Presidente do Conselho de Administração